COVID-19, ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL:

Relato de experiência na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)

Amanda Suélen Ferreira Bastos[1]

Mariana Carlos de Andrade Lyra[2]

Rosângela Santos Rocha[3]

RESUMO

Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre a execução da política de assistência estudantil e atuação do assistente social na Universidade Federal do Sul da Bahia durante o contexto pandêmico provocado pela COVID-19. Com base numa leitura crítica da realidade social, apresenta as particularidades da pandemia no Brasil, mudanças na oferta educacional e na política de assistência estudantil, bem como no cotidiano profissional do assistente social. Conclui-se que apesar dos desafios impostos pelo acirramento das expressões da questão social, os assistentes sociais conseguiram manter a oferta qualificada do trabalho profissional com compromisso ético e respeito aos direitos dos usuários.

Palavras-chave: COVID-19; Assistência Estudantil;Serviço Social.

ABSTRACT

This paper presents an experience report on the implementation of the student assistance policy and the role of social workers at the Federal University of Southern Bahia during the pandemic context caused by COVID-19. Based on a critical reading of the social reality, it presents the particularities of the pandemic in Brazil, changes in the educational offer and in the student assistance policy, as well as in the professional routine of the social worker. It is concluded that despite the challenges imposed by the intensification of expressions of the social issue, social workers managed to maintain the qualified offer of professional work with ethical commitment and respect for the rights of users.

Keywords: COVID-19; Student Assistance; Social Work.

1 INTRODUÇÃO

[1] Assistente Social da Universidade Federal dos Sul da Bahia (UFSB); Doutoranda em Serviço Social pelo Instituto Universitário de Lisboa (Iscte-iul); amandasfb28@gmail.com.

[2] Assistente Social da Universidade Federal dos Sul da Bahia (UFSB); Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); mca.lyra@hotmail.com.

[3] Assistente Social da Universidade Federal dos Sul da Bahia (UFSB); Especialista em Gestão Social, Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR); rosangelarocha.as@gmail.com.

A pandemia da COVID-19 produziu profundas alterações na vida dos cidadãos, nas organizações e na sociedade em geral. As medidas adotadas para diminuir o ritmo de sua propagação (isolamento social, fechamento de fronteiras, comércios, instituições de ensino, cultura, lazer, etc) geraram efeitos para além da relação saúde x doença, apresentando impactos no desenvolvimento social e humano.

No Brasil, país que já vivenciava um contexto de crise sistêmica e estrutural do capital (BOSCHETTI; BEHRING, 2021), a pandemia exacerbou as situações de desigualdades, atingindo principalmente as populações socialmente vulneráveis. Ademais, transpôs para o ambiente virtual a oferta dos serviços que emergem da execução das políticas sociais, dentre elas, a educação. Assim, as instituições educacionais precisaram adotar estratégias como o ensino remoto para a continuidade do ano letivo diante das medidas sanitárias de isolamento e distanciamento social.

Na educação superior, as universidades também deslocaram suas atividades administrativas e de ensino para o ambiente virtual. A adoção dessa estratégia expôs a exclusão digital de diversos estudantes, além de fragilidades das condições de habitação e alimentação, levando à necessidade eminente do fortalecimento e continuidade da política de assistência estudantil. Nesse contexto, os assistentes sociais que atuam diretamente na execução e gestão dos programas dessa política precisaram realizar suas atividades através do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) - um desafio profissional dividido entre inovação e sobrecarga de trabalho.

Baseado na perspectiva crítica, este artigo objetiva discutir os impactos da pandemia na execução da política de assistência estudantil e no exercício profissional do Serviço Social no âmbito da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Para tal, primeiramente, apresenta algumas particularidades da conjuntura pandêmica no Brasil, características e mudanças provocadas na política de assistência estudantil da UFSB; a partir de um relato de experiência de membros da

equipe são apontadas as principais alterações no trabalho profissional e os desafios sobressalentes do momento vivido.

2 PANDEMIA DA COVID-19 E IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

Em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que a infecção causada pelo vírus Sars-Cov-2 espalhou-se por todos os continentes, passando a configurar-se como uma pandemia – gerando efeitos na saúde dos cidadãos, na economia e nos sistemas de proteção social. As medidas de contenção da COVID-19 envolveram diferentes estratégias como isolamento social, distanciamento físico, rotinas de higienização, quarentena, fechamento de escolas, comércios e fronteiras. Embora necessárias para conter a propagação do contágio, essas medidas geraram efeitos sem precedentes, que além de impactos econômicos e sociais, também alteraram os modos de viver, trabalhar e se relacionar.

No Brasil, o contexto pandêmico exacerbou as desigualdades sociais existentes diante de um governo marcado pelo ultraneoliberalismo e pelo neofascismo (BOSCHETTI; BEHRING, 2021), que optou por minimizar os efeitos deletérios da pandemia em oposição ao investimento em medidas de proteção social. Este assumiu, num primeiro momento, uma postura negacionista relativizando mortes e ignorando medidas de higienização e proteção recomendadas pela OMS, tudo em nome dos interesses do mercado e do acúmulo de capital (BOSCHETTI; BEHRING, 2021; YAZBEK et al., 2021).

Transcorridos mais de 16 meses desde o início da pandemia, suas consequências são avassaladoras. No mundo, estima-se até o presente momento 200 milhões de casos e 4 milhões de mortes; no Brasil, o número de óbitos pela COVID-19 aproximam-se das 600 mil pessoas mesmo com a oferta de vacinas. O país já estava vivenciando uma conjuntura de regressão de direitos com o acirramento das expressões da questão social e ausência de um sistema de proteção social fortalecido; assim, a conjuntura pandêmica atinge de forma ainda mais intensa a desprotegida classe trabalhadora, em especial, os mais pobres.

> Em uma sociedade marcada por profundas disparidades de classe, raça/etnia e de gênero, é evidente que essa crise não atingirá todos(as) da mesma maneira: novamente, os segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, em geral negros e negras, LGBTQI +, serão aqueles que pagarão o preço mais alto. Para muitos, custou a própria vida ou a de seus familiares, mortos pela covid-19, pela fome ou pela violência decorrente desse caótico quadro social (YAZBEK et al., 2021, p. 08).

Além das consequências objetivas e materiais, a pandemia também acarreta preocupações que envolvem a subjetividade e sociabilidade dos sujeitos, em especial a saúde mental, já que as incertezas provocadas por este contexto podem causar o aparecimento de ansiedade, depressão, comportamentos violentos, dentre outros (GALLEGOS et al., 2020). Ademais, a conjuntura pandêmica acrescentou estresses adicionais para famílias que já vivenciavam vulnerabilidades, tais como a redução de sua renda – uma vez que os provedores financeiros perderam seus postos de trabalho ou tiveram abrupta diminuição salarial – como também o aumento nos casos de violência doméstica potencializados pelos problemas sociais e econômicos (SHARMA; BORAH, 2020).

O cenário de crise sanitária associado às contrarreformas e perda de direitos sociais acarreta consequências para as diversas políticas sociais, dentre elas, destacamos a educação. A priori, da educação infantil às universidades, a oferta educacional foi interrompida e no decorrer da pandemia foram adotadas medidas excepcionais para a continuidade dos serviços de educação, transpondo as aulas para o ambiente familiar e virtual.

O encerramento das instituições de ensino ocorreu em todo o mundo, segundo relatório da CEPAL-UNESCO (2020), crianças e jovens em mais de 190 países foram afetadas pelas medidas que visavam prevenir a propagação do vírus e mitigar seus efeitos; destas, destas mais de 160 milhões eram estudantes da América Latina e Caribe. Ao refletir sobre os impactos da COVID-19 na aprendizagem de crianças e jovens, THOMAS; ROGERS (2020) apontam que, se por um lado a crise causada pandemia pode aumentar a desigualdade na educação devido à dificuldade de acesso a recursos tecnológicos e/ou apoio parental, por

outro, pode gerar inovações no campo educacional através da inserção de ferramentas tecnológicas no processo de ensino e aprendizagem[1].

No Brasil, um conjunto de documentos permitiu que as instituições educacionais transpusessem o ensino presencial para o ambiente virtual. Especificamente do ensino superior, as atividades por meios digitais e o uso de ambientes virtuais de aprendizagem foram utilizados em substituição às presenciais, viabilizando a continuidade do ensino durante a pandemia (GUSSO et al., 2020). As universidades públicas, diante de suas particularidades e especificidades, passaram a adotar o ensino remoto emergencial[22]caracterizado por aulas transmitidas através de videoconferências em tempo real, possibilitando que "professores e alunos tenham condições de realizar interações e organizarem seus tempos de aprendizagem da forma mais próxima à educação presencial" (ARRUDA, 2020, p. 262).

Todavia, reitera-se que o ensino remoto, por si só, não é capaz de ultrapassar a desigualdade social existente no país; além disto, abre um abismo educacional entre aqueles que possuem os recursos e as condições materiais ou subjetivas para continuar estudando e os que não dispõem de computadores, smartphones, acesso à internet, letramento digital e, em alguns casos, nem mesmo alimentação adequada e estrutura física em suas habitações que possibilitem o processo de aprendizagem.

> Ainda, há uma celebração desse momento como uma oportunidade de inovação nos modelos de ensino e um afastamento daqueles denominados de tradicionais. Entretanto, nossas análises constaram ainda que a migração das atividades escolares vem manter ou até aprofundar os processos de exclusão, seja de acesso à rede, seja de condição de realização das atividades nas casas dos estudantes e até de sobrevivência, como alimentação(SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020, p. 18).

Diante do acirramento das desigualdades educacionais e diversidade estudantil (principalmente no tocante às condições socioeconômicas e inclusão digital), a necessidade da continuidade de oferta dos serviços da política de Assistência Estudantil colocou-se em evidência. Desta forma, as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) precisaram organizar-se para atender aos seus estudantes e garantir a permanência. Será nas estratégias desenvolvidas em torno

da Assistência Estudantil e na intervenção do Serviço Social nesta política que aprofundaremos a seguir, tendo como lócus a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB).

3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UFSB

A UFSB foi fundada em 2013, no contexto de democratização e interiorização do acesso ao ensino superior público no Brasil fomentado pelo Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI (Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007). Inspirada na obra de Anísio Teixeira[3] possui algumas características inovadoras para a realidade baiana das Instituições Federais de Ensino Superior, tais como: arquitetura curricular organizada em Ciclos de Formação; regime letivo quadrimestral e uso intensivo de tecnologias digitais de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2014). Em sua carta de fundação (BRASIL, 2013) estabelece seus quatro princípios: eficiência acadêmica, desenvolvimento regional, compromisso com a educação básica e a integração social.

A UFSB é sediada em três cidades, localizadas no Sul e Extremo Sul da Bahia– Itabuna (campus Jorge Amado), Porto Seguro (campus Sosígenes Costa) e Teixeira de Freitas (campus Paulo Freire). Além da oferta educativa nos campi, a universidade dispõe da Rede Anísio Teixeira de Colégios Universitários (Rede CUNI). São 10 CUNI localizados em municípios no entorno das três cidades sedes, com aulas ofertadas no formato do ensino hibrido, materializando o que a universidade designa de metapresencialidade.

Acompanhando as mudanças do perfil social e econômico dos universitários brasileiros (ANDIFES, 2019), a UFSB operacionaliza Programa Nacional de Assistência estudantil - PNAES (Decreto 7.234/2010) através do seu Programa de Apoio à Permanência – PAP. Este destina-se aos estudantes da graduação e é regulamentado pela resolução institucional 01/2016, a qual define as modalidades de bolsas e auxílios, critérios, público alvo e etc.

Considerando a legislação que rege o PNAES – cujo objetivo é combater as desigualdades sociais e regionais e ampliar as condições de acesso e permanência

dos jovens no ensino superior público federal – as diretrizes da política de assistência estudantil na UFSB são discutidas e propostas por órgão colegiado próprio, a Comissão de Políticas Afirmativas – CPAF. Este órgão possui representação dos discentes, técnicos administrativos em Educação e dos gestores do PNAES da instituição. É importante destacar esta relação:

> A Ação Afirmativa cuida de reparar prejuízo acumulado ao longo do tempo. Isso se dá mediante o estabelecimento de uma efetiva igualdade de oportunidades. Nesse sentido, as políticas de ações afirmativas que formam o PNAES visam contribuir para que aqueles alunos mais vulneráveis e que possuem chances maiores de desistência da graduação possam dar continuidade aos seus estudos de forma eficaz, ou seja, prolongando o tempo de ser inserido no mercado de trabalho para se envolver com mais intensidade em seus estudos e obter o maior e melhor aproveitamento acadêmico. Esse é o retorno que um aluno contemplado com essas políticas pode retribuir à universidade e ao país (BETZEK. 2015, p. 79).

As ações do PAP são gestadas pela Pró-reitoria de Ações Afirmativas – PROAF a partir das discussões da CPAF. O programa atende os estudantes oriundos prioritariamente da rede pública de educação básica, matriculados em, no mínimo, dois componentes curriculares no quadrimestre, e que tenham renda per capita familiar de até um salário mínimo. Através de provisões pecuniárias o escopo da assistência estudantil, prevê as seguintes modalidades de auxílios e bolsas: Auxílio Alimentação; Auxílio Idiomas; Auxílio Intercâmbio; Auxílio Creche; Auxílio Material Didático; Auxílio Mobilidade; Acessibilidade; Auxílio Eventos; Auxílio Emergencial; Auxílio Instalação; Auxílio Moradia; Auxílio Transporte; Bolsa de Apoio a Permanência e Bolsa Monitoria Inclusiva (UFSB, 2016)[4].

Para participar do PAP, além dos critérios supracitados, a/o discente deve inscrever-se primeiramente no Cadastro PROAF[5] – base de dados e registros da Pró-reitoria. Neste cadastro é apresentada a documentação pessoal e de renda do/a candidato/a e de seu grupo familiar. O cadastro é aberto cerca de seis vezes no ano e os documentos são digitalmente armazenados no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA. Com o cadastro homologado e ativo (validade de um ano), o/a estudante pode participar dos processos seletivos pelos editais elaborados pela PROAF e aprovados na CPAF. Como fluxo regular[6], tem-se:

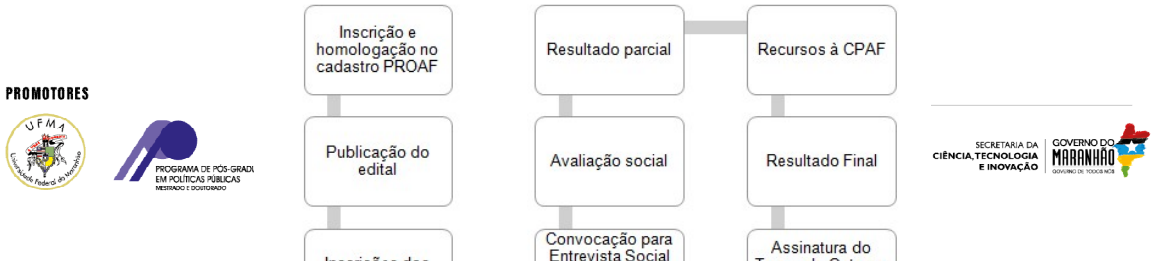

Figura 1 – Fluxo dos editais PROAF/UFSB

Fonte: Elaboração própria

O cenário pandêmico impôs limites, desafios e possibilidades à execução da política de assistência estudantil. Por se tratar de um elemento fundamental para a permanência dos estudantes mais vulneráveis na universidade, a assistência estudantil foi requisitada para responder à necessidade de inclusão digital dos estudantes, e à garantia de mínimas condições de subsistência. Diante da suspensão das atividades presenciais e alterações nas rotinas administrativas, o trabalho do assistente social no âmbito desta política também necessitou passar por processos de adequação à nova realidade. Reflexões sobre essas metamorfoses da prática profissional serão apresentadas em seguida.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A INTERVENÇÃO E DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Atualmente, a UFSB possui cinco Assistentes Sociais no seu quadro efetivo dos Técnicos Administrativos em Educação, sendo três lotados na coordenação administrativa de seus campi e responsáveis pelo atendimento direto aos estudantes, e dois que compõe a equipe do órgão gestor da Assistência estudantil Este trabalho é fruto da experiência de operacionalização da política de assistência estudantil na UFSB, enquanto um relato técnico.

Antes de pontuarmos as estratégias institucionais e competências profissionais no quadro pandêmico é importante destacarmos que a política de

assistência estudantil – tal como outras políticas sociais no país – sofreu com cortes e contingenciamentos orçamentários nos últimos anos; especialmente após aprovação da Emenda Constitucional Nº 95, em 2016, a qual estabeleceu um novo regime fiscal e limitou o crescimento de investimentos e despesas públicas por vinte anos (SANTOS; ABRANTES; ZONTA, 2021).

Diante desse cenário, já eram esperados desafios como reduções no número de estudantes atendidos ou a diminuição na oferta de serviços que visam garantir a permanência estudantil. Em uma política que já é marcada pelo descompasso no acesso (SILVA; COSTA, 2018), ao Serviço Social fica relegado a difícil tarefa da seleção socioeconômica daqueles que terão direito à assistência estudantil, necessitando escolher os mais pobres dentre os pobres (NASCIMENTO; ARCOVERDE, 2012) e submetendo os profissionais a estresses laborais durante os processos seletivos.

Nesse sentido, a conjuntura atual, sobretudo dos dois últimos anos, está sendo drasticamente e particularmente mais penosa e sofrida. Não apenas em decorrência das dificuldades enfrentadas pela escassez de recursos orçamentários do PNAES – que culminam na problemática de lidar com a alta demanda por auxílios versus baixa oferta de vagas – mas também pelo contexto extremamente adverso e inédito causado pela pandemia.

Em consideração à conjuntura pandêmica, a UFSB suspendeu todas as aulas e atividades administrativas de março de 2020, retomando as aulas no formato remoto em agosto do mesmo ano após discussões e debates realizados com a comunidade acadêmica. Com a transposição das atividades administrativas para o ambiente domiciliar e remoto, apresentou-se mais um desafio ao serviço social: a alteração em suas condições de trabalho. A responsabilidade de suprir as condições materiais para realização do trabalho passou a recair sobre as/os profissionais (custeio de acesso a melhores serviços de internet, equipamentos tecnológicos, alterações nos domicílios etc.), além da sobrecarga nas jornadas agora fluidas e condensadas nas dimensões familiares, pessoais e de trabalho.

> Diante da urgência do distanciamento social, os(as) profissionais foram direcionados(as) para o trabalho remoto sem qualquer preparação,

> utilizando-se, em geral, de recursos próprios para a realização das atividades laborais. Os(as) profissionais acabaram, na maior parte dos casos, por utilizar seus notebooks, telefones celulares, pacotes de dados da internet, rede wi-fi, energia elétrica, entre outros recursos, para atender às requisições institucionais nesse período (TEJADAS; JUNQUEIRA, 2021, p. 110).

Devido à necessidade da garantia da permanência estudantil nesse contexto adverso, os processos seletivos do Programa de Apoio à Permanência não foram interrompidos. No entanto, com a suspensão das atividades presencias não foi possível a realização da etapa de entrevista social, um dos instrumentais operativos mais significativos no processo de trabalho do Serviço Social na UFSB. Além disso, o acolhimento de novos discentes, o atendimento para orientações acerca do PAP, as reuniões de equipe e com a gestão institucional, o compartilhamento de experiências e as vivências profissionais foram profundamente transformadas.

Na impossibilidade de realizar as entrevistas sociais,a equipe de assistentes sociais elaborou uma nova ferramenta, o “Formulário de descrição socioeconômica do grupo familiar”, para suplantar essa ausência, o qual será utilizado enquanto vigorar o trabalho remoto. A base para elaboração da ferramenta foi o Índice de Vulnerabilidade Estudantil (IVE)[7], instrumento utilizado durante as entrevistas sociais. O formulário criado contempla diversas questões –como composição da renda familiar, conflitos, saúde e educação dos membros, vivências na universidade, gênero, dentre outros – e tem contribuído para amenizar as dificuldades na avaliação social impostas pela pandemia aos assistentes sociais[8].

Contudo, a lacuna causada pela falta de atendimento presencial permanece e ficou mais latente com o ingresso dos/as estudantes calouros/as (dos processos seletivos 2020 e 2021 do SiSU e dos Colégios Universitários - CUNI’s), visto que as/os profissionais desconhecem a realidade socioeconômica que a realização de entrevistas sociais, o estabelecimento de vínculo e as visitas domiciliares ajudam a desvelar.Não é demais destacar a relevância da entrevista nos processos seletivos de auxílios e bolsas, já que potencializa a prática interventiva da/o assistente social favorece a compreensão das relações e interações sociais postas na realidade concreta dos sujeitos entrevistados e possibilita a complementação de dados coletados (LEWGOY; SILVEIRA, 2007).

Outra ação adotada pela equipe de assistentes sociais, como estratégia para minimizar a condição de vulnerabilidade econômica dos/as estudantes, foi manter a realização de atendimento e orientação social com ferramentas remotas por salas virtuais, chamadas telefônicas, troca frequente de e-mails e aplicativos de mensagens, para sanar dúvidas sobre o cadastro no Auxílio Emergencial e no Programa Alunos Conectados do Governo Federal; e também para concessão de empréstimos de notebooks, Auxílio Internet Emergencial e Auxílios para compra de Equipamento Tecnológico realizados no âmbito da instituição. Além do atendimento direto aos estudantes, as atividades de planejamento e reuniões institucionais via mecanismos virtuais continuaram a ser realizadas. Destaca-se que na realidade multicampus da UFSB, os encontros entre os profissionais mediados por tecnologias já eram usuais.

É importante salientar que tendo em vista à necessidade de atendimento aos estudantes vulneráveis e as dificuldades enfrentadas por estes no tocante ao acesso a tecnologias e conectividade, o Serviço Social na UFSB necessitou realizar mediações incisivas dentro da instituição, buscando a queda de exigências burocráticas/documentais para possibilitar acesso ao programa de assistência estudantil.Seguiu-se em busca de medidas adequadas para atendimento às dimensões da vida estudantil em sua plenitude.

Diante do trabalho remoto, do sentimento de impotência em face ao acirramento das expressões da questão social e de outros conflitos engendrados pela pandemia, o exercício profissional é tensionado. Nele, o assistente social precisa atender as demandas profissionais para alcance de metas e prazos, ao passo que também vivencia em sua realidade cotidiana sequelas decorrentes do confinamento prolongado, do medo de contágio, da sobrecarga no afazeres domésticos e outros estresses que atingem a saúde física e mental dos trabalhadores.

Refletir criticamente sobre o trabalho profissional neste contexto é fundamental.O atendimento social mediado por tecnologias de informação está longe de ser o ideale suficiente, ficando aquém do contato direito e presencial característico da intervenção do serviço social com os diferentes sujeitos. Nesse

sentido, ao "utilizar essas tecnologias na perspectiva contra-hegemônica de fortalecimento dos valores ético-políticos que orientam o projeto profissional" (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p. 147), reafirma-se o compromisso com a qualidade do trabalho profissional e respeito aos direitos dos usuários.

A COVID-19 agravou os desafios profissionais do Serviço Social perante a reprodução das relações sociais, o que possivelmente se estenderá ao pós-pandemia. Mesmo diante das metamorfoses de ordem técnico-operativa, os assistentes sociais, através de sua relativa autonomia, evidenciaram capacidade de adaptação às novas demandassem perder de vista a perspectiva crítica da realidade social, na singularidade de seus desafios, cumprindo a oferta de serviços eticamente comprometidos.

5 CONCLUSÃO

O quadro pandêmico provocado pela COVID-19 demonstrou a necessidade de sistemas de proteção social fortalecidos para resguardar o bem estar da população e mitigar suas consequências em todo mundo. Infelizmente, a realidade brasileira atual vai na contramão dessa assertiva. Pautado no ultraneoliberalismo o Estado brasileiro se ausenta cada vez mais da oferta de políticas sociais que efetivem os direitos socais previstos constitucionalmente. Desta forma, a pandemia afeta mais profundamente parcela da população que já vive em situação intensa de vulnerabilidade e risco social.

Além da crise econômica e social que se avizinha, a pandemia alterou as relações de trabalho e estudo em estabelecimentos educacionais. Numa situação de excepcionalidade as universidades transferiam suas atividades para o ambiente virtual levando funcionários e estudantes a encarar uma nova realidade de trabalho/ensino remoto apoiado por TIC, transferindo para o ambiente privado e familiar a execução e os custos do trabalho.

Nesse cenário, destaca-se a oferta de assistência estudantil e o trabalho profissional do assistente social. De um lado, há o reconhecimento da importância de políticas de apoio aos estudantes diante das condições sociais e materiais para

continuidade nos estudos durante a pandemia; e, por outro, os desafios profissionais para criar estratégias que, além da qualidade dos serviços, garantam os princípios ético-políticos da profissão.

No Brasil, o contexto socioeconômico, político e sanitário continua tenso e o nível de complexidade dos problemas que o país está enfrentando só aumentou. O cenário projetado nas universidades é de dificuldades maiores e mais agressivas do que as vivenciadas nesses últimos dois anos. O caminho à frente é penoso e vai demandar estratégias para minimizar os impactos nefastos da pandemia na sociedade e, em especial, na comunidade estudantil. Nesse sentido, acreditamos que a execução da política de assistência estudantil deverá ser planejada e discutida de forma ainda mais abrangente com toda a comunidade acadêmica objetivando apreender a realidade institucional e de seus beneficiários. A atuação do serviço social precisa manter-se firme nas trincheiras das lutas sociais, resistindo às investidas de desmobilização da classe trabalhadora e de esvaziamento da prática profissional ética e atenta a totalidade da vida social.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação.** Brasilia. ANDIFES, 2019.

ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **Em Rede Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257–275, 2020.

BETZEK, Simone Beatris F. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES na UTFPR**: Câmpus Medianeira. 2015. 139f. Dissertação (mestrado em Educação). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília/SP: UNESP, 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI**. Diário Oficial da União, Brasília, 25/04/2007, p. 7. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em 01 de junho de 2018 às 19h:00min

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Diário Oficial da União, Brasília, 20/07/2010, p.5. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. 01 de junho de 2018 às 15h:00 min.

BRASIL. Ministério da Educação. **Carta de Fundação da Universidade Federal do Sul da Bahia**. 20 de setembro de 2013. Disponível em: http://ufsb.edu.br/wp-content/uploads/CARTA-DE-FUNDA%C3%87%C3%83O-Final-04.10.2013.pdf. Acesso em 10 de junho de 2018 às 22h:49min.

BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 66–83, 2021.

CEPAL-UNESCO. **La educación en tiempos de la pandemia de COVID-19 Informe COVID-19Geopolitica(s)**, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374075>

GALLEGOS, M. et al. Cómo afrontar la pandemia del Coronavirus (Covid-19) en las Américas: recomendaciones y líneas de acción sobre salud mental. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, v. 54, n. 1, p. e1304, 2020.

GUSSO, H. L. et al. Ensino Superior em tempos de Pandemia: Diretrizes à gestão universitária. **Educação e Sociedade**, v. 41, n. e238957, p. 1–26, 2020.

LEWGOY, A. M. B.; SILVEIRA, E. M. C. A entrevista nos processos de trabalho do assistente social. **Revista Textos & Contextos**, p. 233–251, 2007.

NASCIMENTO, C. M. DO; ARCOVERDE, A. C. B. O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão. In: **Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**. Brasilia: ADIFES, 2012. p. 212.

RAICHELIS, R.; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 134–152, 2021.

SANTOS, C. C. B.; ABRANTES, P. P. M.; ZONTA, R. Limitações orçamentárias: Desafios à Assistência Estudantil da UNB em tempos de pandemia. **Cadernos Cajuína**, v. 6, p. 213–227, 2021.

SARAIVA, K.; TRAVERSINI, C.; LOCKMANN, K. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Praxis Educativa**, v. 15, p. 1–24, 2020.

SHARMA, A.; BORAH, S. B. Covid-19 and Domestic Violence: an Indirect Path to Social and Economic Crisis. **Journal of Family Violence**, v. 2667, n. 20, 2020.

SILVA, L. B. E; COSTA, N. C. D. Acesso e permanência em desproporção: as insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Revista Agenda Política**, v. 06, n. 02, p. 166–192, 30 ago. 2018.

TEJADAS, S. DA S.; JUNQUEIRA, M. R. Serviço Social e pandemia: desafios e perspectivas para a atuação no sociojurídico. **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 101–117, abr. 2021.

THOMAS, M. S. C.; ROGERS, C. Education, the science of learning, and the COVID-19 crisis. **Prospects**, n. 0123456789, p. 1–4, 2020.

YAZBEK, M. C. et al. A conjuntura atual e o enfrentamento ao coronavírus: desafios ao Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 5–12, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. Resolução 01/2016. **Cria nova normatização para o Programa de Apoio à Permanência do estudante de graduação da UFSB e revoga a Resolução nº 7/2015**. Disponível em: http://ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Resolucao-n%C2%BA-01-2016-

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. **Plano Orientador**. Disponível em: http://ufsb.edu.br/wp-content/uploads/2015/05/Plano-Orientador-UFSB-Final1.pdf. Acesso em 10 de junho de 2018 às 17h: 24min.

---

[1] Não é o objetivo deste trabalho a avaliação pedagógica do ensino remoto; demarcamos apenas as discussões apontadas no campo do conhecimento científico.

[2] Alguns estudos (GUSSO et al., 2020; SARAIVA; TRAVERSINI; LOCKMANN, 2020), diferenciam o Ensino Remoto do Ensino à distância (EaD), sendo que o EaD requer um planejamento e organização prévia, as atividades se realizam sem interações síncronas entre professores e alunos; parte significativa do trabalho é delegado a um tutor; possui avaliações padronizadas e implica no uso de sistemas analógicos, como materiais impressos.

[3] No Plano orientador institucional são discutidos outros marcos conceituais importantes: Paulo Freire, Milton Santos, Boaventura de Souza Santos e Piérre Levy (BRASIL, 2014).

[4] Outras ações no âmbito da assistência estudantil são realizadas pela PROAF como editais para projetos de promoção da saúde, cultura, sustentabilidade e diversidade.

[5] Esta foi uma estratégia adotada em 2020, fruto de reunião da equipe de assistentes sociais com a Coordenação de Permanência Estudantil. O fluxo foi proposto a partir de reflexões realizadas pela participação e pesquisa de uma das profissionais em um Programa de Mestrado profissional.

[6] Este fluxo é adotado nas modalidades regulares de benefícios: alimentação, moradia, creche, transporte e Bolsa de Apoio à Permanência - BAP. Todos os editais estão disponíveis em: https://ufsb.edu.br/proaf/editais . Acesso em 20 de agosto de 2021.

[7] Estudos realizados pela equipe de assistentes sociais da UFSB culminaram na criação do IVE, um instrumento que quantifica/mensura situação de vulnerabilidade vivenciadas pelos estudantes e informadas durante as entrevistas sociais nos processos seletivos para concessão de auxílios e bolsas.

[8] Essa estratégia coaduna com as orientações e reflexões do próprio Conselho Federal de Serviço Social – CFESS sobre o teletrabalho do serviço social uma vez que a continuidade de entrevistas por meio virtual não garantiria a proteção dos dados, a privacidade e o sigilo nos atendimentos.

Teletrabalho e Teleperícia: orientações para assistentes sociais. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/teletrabalho-telepericia2020CFESS.pdf